

DA EXPLORAÇÃO DO ILÓGICO A LÓGICA DA EXPLORAÇÃO

1. A carta de Intenções do Governo Português ao Fundo Monetário Internacional apresenta uma síntese das políticas económicas adoptadas nos dois pacotes por grosso e no ~~pacote~~ pacote a retalho com que os dois últimos governos ^(mimosearam certos estratos da burguesia)

~~o~~ Apresenta-la ^e manifesta a determinação de continuar por tão maus caminhos até 31 de Março de 1979, segundo as afirmações oficiais até à "hecatombe final" na lógica inevitável do deslizar da bola de neve por encostas tão deslisantes.

Reafirma a prioridade ^{para} política monetária, optando por uma política restritiva no plano interno assente ^{nos} ~~na~~ plafonds de aumentos máximos da massa monetária e do volume de crédito (~~plafonds~~ ^{plafonds} de crédito para o sistema bancário, "controlo" da massa monetária, controlo das responsabilidades líquidas do sistema bancário sobre o exterior, plafond de crédito do sistema bancário ao sector público, orçamento cambial e mínimo legal uniforme de reserva de caixa dos bancos) e nos aumentos das taxas de juro (~~aumento~~ ^{aumento} das taxas de juro, de desconto e de redesconto). Externamente opta por uma desvalorização deslizando (cambios flutuantes controlados) e por um aumento ^{da dívida} ~~da dívida~~ externa.

Subalternamente promove uma política orçamental cujo instrumento principal é o aumento dos impostos e ~~uma~~ uma política de rendimentos conducente ^{ao} ~~ao~~ agravamento das condições de vida dos trabalhadores (considerado como aspecto ^{na análise das} ~~positivo~~ políticas seguidas até agora).

~~Tudo isto articula-se com uma moderação do crescimento~~
~~do Produto Nacional.~~

2. ^{em resumo} Todo o texto ~~é~~ ^é um conjunto de imprecisões e lacunas cujo significado é ~~claro~~ claro ("As pressões exercidas sobre a balança de pagamentos ..." — por quem? como? — ; "a fim de evitar pressões desnecessárias sobre o valor externo do escudo, as taxas de juro..." — pressões pela via inflacionista? pelos movimentos de capitais? da responsabilidade de quem?) ^{mas é substituído a operação entre a política interna e externa —} ~~contradições existentes~~ entre uma política restritiva interna e a opção "expansionista" externa.

algumas questões que ressaltam com muita força desde uma primeira leitura:

— Como é justificável que se tenha como preocupação a redução do ^{defeito} da Balança de Pagamentos e simultaneamente se liberalizem as relações externas, se abram as portas à importação, ^{na} nossa situação de dependência no contexto internacional (se para os EUA liberalização pode significar aumento das exportações, para nós tem que necessariamente significar importações)?

— Como é possível que num período de ^(a desordem) inflação apenas ligeiramente se fale na resolução das "tensões inflacionistas", ao mesmo tempo que se opta por um conjunto de medidas que reforçam a inflação (Subordinação aos DTS e ao Dólar, desvalorização, aumento das taxas de juro e créditos preferenciais, continuação da dívida do Estado, possibilidade de reforço do parasitismo)?

— Como é ^{admissível} ^{aqueles} quase o desemprego que persiste teimosamente ^{revelando} uma continuação da crise do sistema capitalista e ^{adapta} medidas (política restritiva, liberalização do comércio externo) que tenderão a agravar ainda mais o desemprego?

— Como é viável que face à ^{evolução} ^{dos} problemas ^(económicos) estruturais da nossa economia se opte por uma política monetária que incide sobretudo na esfera da circulação e não reflete directamente as contradições do processo de produção?

3. São questões que exigem uma resposta ^{precisas} e que inevitavelmente se enquadram na situação particular que o conjunto de medidas adoptadas implica: Face às tensões geradas pelas contradições da economia portuguesa, ^{nominalmente} pela conjugação ^{da} balança de pagamentos deficitária, ^{da} crise e da inflação; face à necessidade de se optar por uma via ^{de} resolução das tensões revelando interesses contrários ^{ou} contraditórios, ^{em relação às} perante a opção vantajosa ^{fora do quadro das políticas monetárias} (optando por política mais incisivas actuando directamente no processo e estrutura produtivos), optou-se pela adopção de sanções monetárias cujo enquadramento político de fundo é a subordinação ao imperialismo.

^{Constatam-se as condições objectivas para o momento da luta de classes} (tal só poderia não acontecer ^{se} possível no Portugal de hoje liquidar os sindicatos ^{fosse}

3
como é defendido pelos patronos ideológicos do FMI), ^{de formarem} medidas contra os trabalhadores e contra certos estratos da burguesia.

O caracter de sansão das medidas adoptadas aumenta a ^{Lula} entre capitalistas e trabalhadores e agrava as contradições entre capitalistas, ^{isto é,} traduz-se numa brutal redução da base de apoio do Governo.

4. Tentemos, contudo, penetrar no absurdo e destrinçar a logica interna da politica economica ^{de} Governo/FMI.

Em primeiro lugar é claro que o equilibrio da balança de pagamentos é o objectivo ultimo ^{principal} (ou não raciocinasse o FMI no quadro da rentabilidade financeira do seu capital!) e que medidas como desvalorização, moderação da produção, política fiscal e contenção do consumo assim como as restrição do crédito apontam nesse sentido.

Mas também é claro que a inflação não constitue um objectivo de combate do Governo. Como, aliás, resultava ^{em consequência} do Programa de Governo (pela exiguidade de propostas e pelo seu "controlo dos preços a posteriori") o Governo não só não procura combater a inflação como a procura estimular. A inflação funciona como um instrumento poderoso de destruição do capital variável e de elevação da taxa de lucro. Por isso se fala em "reduzir as tensões inflacionistas" isto é, em atenuar os estrangulamentos que a inflação provoca no processo de acumulação capitalista.

5. E qual é o lugar reservado à resolução da crise? Não seria absurdo dar total prioridade à resolução do deficit da balança de pagamentos quando o próprio ideologo do FMI afirma "Seja incabível prever uma recessão ou uma crise económica interna para resolver um problema de balança de pagamentos" (1)?

Parece-nos que as medidas adoptadas pelo Governo/FMI contemplam a resolução da crise mas de uma forma muito particular: em vez de optar por uma politica expansionista defendida pelo keynesianismo — ^{ideologia} da social-democracia — opta pela "resolução" da crise pela crise, isto é, ^{pol. estrutural de} encurtamento do periodo de crise através da destruição massiva do capital constante (falências, capacidade inaproveitada, ^{desemprego}) e do capital variável (desemprego, diminuição do "salário real") como formas de potenciar a reelevação da taxa de lucro.

É ^{desse} sentido que aponta a politica restritiva e a politica

de rendimentos ~~adotada~~ adoptada. As excepções à política restritiva (taxas de juro bonificadas em alguns casos, por exemplo) não funcionam como articulação entre as política para o equilíbrio da balança de pagamentos e as políticas anti-^{crise} mas antes a necessidade de criar canais ~~preferenciais~~ preferenciais para os "mais poderosos" conseguirem sair ilesos de uma tal política suicida.

Numa comparação simplista, mas realista, poderíamos dizer que procurar sair da crise pelo agravamento da crise é semelhante a procurar transformar uma sociedade com grande densidade de doentes numa população sadia pelo ~~homicídio~~ homicídio de todos os doentes.

6. Encontramo-nos pois no cerne do absurdo: toda a política económica adoptada subordina-se aos princípios do liberalismo económico, expressão tecnocrática das posições mais reaccionárias.

Partindo da negação da intervenção do Estado que extravase o campo monetário (por isso a defesa da liberalização do comércio externo, a não contenção da inflação) e jogando na neutralidade da moeda, previgiam a política monetária. ~~Defendendo~~ Defendendo os mecanismos de mercado criam as condições para os capitalistas agravarem as condições de vida dos trabalhadores e a concorrência gerar permanentemente a sua negação: a monopolização.

E neste quadro lógico que se defende também a diminuição do ritmo de crescimento da produção nacional e a não opção por uma política de substituição de importações, ~~para afirmar a sua incompetência e a sua~~ ~~para afirmar a sua incompetência e a sua~~ é ter implícito que o Estado não deve intervir directamente nesse processo ao nível da produção, é defender que não se deve ~~obstaculizar~~ obstaculizar os lucros do parasitismo, é defender que se deve manter o ~~status quo~~ status quo da estrutura produtiva enquanto os capitalistas considerarem que tal lhes é favorável.

7. A opção pelo liberalismo, a ~~defesa~~ defesa espartana da ~~saída~~ saída da crise pela crise, a política monetária são uma clara opção de classe. A moeda não é neutral, assim como não o são as grandes opções realizadas.

O liberalismo é a lógica do combate à organização e à luta dos trabalhadores pelas formas mais violentas ("A necessidade primária e mais urgente no nível da política governamental é a eliminação dos poderes monárquicos que representam o imperialismo", ~~simultaneamente~~ ^{simultaneamente} "(2)"),
é a lógica do reforço dos monopólios ("Porque não ter havido uma tendência ascendente na importância dos monopólios imperiais no último meio século" (2) !?),
é a lógica da subordinação crescente dos países dependentes às metrópoles imperialistas.

4 de Maio 1976

Aliás, toda todo o documento transpira ~~uma certa~~
grandes capital ~~do~~. Não é significativo, por exemplo, reduzir as taxas de im-
portação e aumentar os impostos ("A sobretaxa de 60%, que inside principalmente
sobre os bens sumptuários, continuará temporariamente em vigor, mas é intenção
do ~~governo~~ governo estudar medidas fiscais internas alternativas a adopção
com vista à sua ~~eliminação~~ eliminação gradual a partir de 1979")?

8. Mas uma tal política está condenada ao fracasso.

O Estado sonha com o controlo da massa monetária mas ~~o sistema~~
monetário é estruturalmente constituído por moeda-credito e "a estreita ligação entre o Estado
de Portugal e o Estado e o carácter aparentemente político das decisões daquele não excluem e
caracterizam primeiro de sua vez como gestor monetário, no que se refere às decisões que lhe são feitas
determinando conjuntamente" (3)

O Estado opta por políticas para o equilíbrio da Balança de Pa-
gamentos ~~mas~~ mas os responsáveis pelo des-
quilíbrio são em grande medida os próprios capitalistas do nosso país e dos pa-
ses com quem temos relações económicas e a solução não pode ser ~~encontrada~~ encon-
trada na circulação interna.

O Estado procura aumentar a taxa de lucro esperada mas a incoer-
teza sobre a inserção da nossa economia no plano internacional (agravada pela
política de desvalorizações e pelo fim das operações cambiais a prazo) ~~impede~~

~~as crescentes tensões entre estratos da bu-~~
é a redução de moeda interna
guesia) ~~diminui~~ a eficiência marginal do capital, mesmo para o capital estrangeiro.

com o mesmo
O Estado procura encortar o período de crise ~~mas tal~~ mas tal ~~é~~
com
viável com o aumento da dependencia de um mundo capitalista que ~~continua~~
~~o~~ o desemprego o proliferar.

Quando se deu a primeira desvalorização, quando o governo afirmou

que se tratava de uma medida excepcional, afirmamos: "a decisão governamental de
desvalorização (...) apenas momentaneamente a situação - estruturalmente não reconhecendo o político do país -
capitalistas macromoneta e internacional"; "a desvalorização significava a obtenção de uma brecha de preço
já amplificada que se veria rapidamente reduzida" (4). A não cumprimento das expectativas e das metas
estabelecidas, por

anunciadas na Carta de Intenções
~~as metas quantificadas~~ não serão cumpridas, o que não impede que

algum atingidos os intentos do FMI: aumentar a dependencia de Portugal do imperialismo
tornar cada vez mais difícil uma opção de esquerda.

9. Mas apesar de mais difícil essa opção de esquerda surgirá. A
luta dos trabalhadores fá-la-á emergir da falência da política governamental,
do estreitamento da base de apoio governamental.

Lutar contra a política Governo/FMI é, simultaneamente, lutar por uma política económica adequada às transformações ^{objectivas} processadas na economia portuguesa depois do 25 de Abril, ² pelo cumprimento da Constituição.

- Defender o liberalismo ^(como o pag. 25 indica) num quadro constitucional de transição
- ao socialismo, no quadro ~~de~~ da irreversibilidade das nacionalizações e da
 - reforma Agrária, ~~no~~ no quadro legal de uma ampla participação do Estado na vida social é defender a inconstitucionalidade

Carlos Pimenta

- (1) Milton Friedman, "Inflation and Systemic Monetarism", vol. p. v. ~~1971~~
- (2) " " "Populism and Freedom", University of Chicago Press
- (3) Carlos Pimenta, "Alguns apontamentos finais sobre a crise", FE AD
- (4) Carlos Pimenta e João Teixeira, "O que se passa com a nossa moeda?"